

DE MO CRA CIA

O BRASIL UNIDO

A 70 dias das eleições, a sociedade civil reage aos arreganhos do presidente e se insurge contra os ataques de Bolsonaro às urnas eletrônicas e à Justiça Eleitoral. O inominável está isolado

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 1º de Agosto de 2022 Nº 69

A onda rosa começa a se formar no Brasil

As elites econômicas abandonaram o ex-capitão

Lula defende recursos para ciência: "É nossa soberania"

Petrobrás mantém lucros incessantes: R\$ 136 bilhões

Os novos discos de Criolo e Baco Exu Blues

Marco Aurélio Garcia (1941-2017)
5 anos depois, presente! agora e sempre

Vida e obra do MAG

20 de julho, quarta 19h

Com a participação de:
Dilma Rousseff
Breno Altman
Valter Pomar

FUNDACÃO Perseu Abramo Escola Latino-americana de História e Política

Ao vivo em  youtube.com/elahp  facebook.com/elahp.com.br

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

WEBSÉRIE

PERI É PERIFERIA FERIA

ASSISTA AGORA NO  [/FUNDACAOPERSEUABRAMO](https://FUNDACAOPERSEUABRAMO)

ESTREIA SEMANAL DOS 8 EPISÓDIOS NAS QUARTAS-FEIRAS ÀS 15:00

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG BRASIL

FUNDACÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

AS CAMPANHAS PRESIDENCIAIS DE 1994 E 1998

EXPOSIÇÃO VIRTUAL

PT 42 ANOS

a retomada da esperança

POLÍTICO E CULTURAL

PT 42 ANOS A RETOMADA DA ESPERANÇA

ACESSE EM fpabramo.org.br/pt42anos

NESTA EDIÇÃO

DEMOCRACIA: A SOCIEDADE BRASILEIRA ESTÁ ATENTA

O presidente Jair Bolsonaro tenta a todo custo melar as eleições de 2022. Mas não contava com a resistência da sociedade civil organizada, que dá um basta nas ameaças de intervenção na disputa. A hora é de união de todos os setores

Página 6

EDITORIAL. A esperança vencerá a barbárie, porque Lula representa o país

Página 4

DEMOCRACIA. Lula descarta golpe e diz que militares "são responsáveis"

Página 9

REAÇÃO. A íntegra do manifesto em defesa da democracia da USP

Página 10

MEMÓRIA. Em 1977, outra carta encurralou a ditadura com seu Pacote de Abril

Página 11

ALERTA. Em editorial, a Bloomberg adverte para os riscos à democracia

Páginas 13

PING. O jornalista Vincent Bevins avalia que Planalto afugenta investidores

Páginas 14

PESQUISAS. Institutos mostram Lula na liderança e cenário consolidado

Página 16

UNIDADE. PSB oficializa a candidatura de Geraldo Alckmin como vice de Lula

Página 18

CIÊNCIA. Em reunião da SBPC, Lula defende mais recursos para a pesquisa

Página 20

LEGADO. Com Lula e Dilma, ciência tinha verbas. Até que veio o golpe

Página 21

DIPLOMACIA. Reunião de Lula com vice-presidenta da Colômbia é promissora

Página 22

DIÁLOGOS PELO BRASIL. Seminário discute políticas federais para as cidades

Páginas 23

COVID. Senadores da CPI acusam a vice-procuradora-geral de improbidade

Página 24

FOME. Auxílio-Brasil não vai diminuir a fome e a miséria, diz ex-ministra

Página 25

PETROBRÁS. Estatal distribui R\$ 136 bilhões de lucro para acionistas

Página 26

EUA. Donald Trump tem problemas graves com o Departamento de Justiça

Página 28

MEMÓRIA. A primeira Flip, em 2003, e a queda do desmatamento com Lula

Páginas 30 e 31

MÚSICA. Aluns de Exu Baco Blues e Criolo são ótimas surpresas do rap

Páginas 32 a 34

Arte: Tasilia do Amaral





A ESPERANÇA VENCERÁ A BARBÁRIE

Aloizio Mercadante

Ao reunir dezenas de embaixadores para repetir mentiras e atacar o sistema eleitoral brasileiro, Bolsonaro escancarou ao mundo a estratégia golpista que pretende colocar em curso diante da inevitável derrota nas urnas nas eleições de outubro. Amplamente rejeitado, o fatídico encontro no Palácio da Alvorada marcou um ponto de inflexão de setores conservadores da sociedade brasileira em defesa

da democracia e também a ruptura desses setores com o 'projeto capitólio' de Bolsonaro.

O intenso processo de resposta ao golpismo teve início com uma série de reações de repúdio às declarações de Bolsonaro junto aos embaixadores. Além da cúpula do Judiciário, associações de servidores públicos da Abin, da Polícia Federal e do Ministério Público se posicionaram em defesa da lisura das nossas eleições. Em âmbito internacional, os governos dos Estados Unidos, do Reino Unido e de países da União Europeia e da América Latina

reiteraram a confiança no sistema eleitoral brasileiro, aprofundando o isolamento internacional de Bolsonaro.

Agora, ganham destaque dois manifestos em defesa da democracia. O primeiro, que conta com adesão de empresários, banqueiros, personalidades e ex-ministros do STF, foi organizado por ex-alunos da Faculdade de Direito da USP e já chega a quase meio milhão de assinaturas. Não menos importante é o manifesto intitulado "Em Defesa da Democracia e da Justiça", organizado por entidades e associações em-

presariais, que deve ser lido no próximo dia 11 de agosto no Largo do São Francisco e que conta com o apoio de entidades como Fiesp, Febraban, Fecomércio e centrais sindicais.

Esse importante movimento de setores da sociedade brasileira em defesa da nossa democracia resgata o espírito da Carta aos Brasileiros, elaborada pelo jurista Goffredo da Silva Telles Jr. e lançada em 8 de agosto de 1977, também na Faculdade de Direito da USP, em repúdio à ditadura militar e em reação ao Pacote de Abril, do ditador Ernesto Geisel. Naquela ocasião, eu já estava na luta contra a repressão e participei da leitura desse documento que foi um marco decisivo no processo de redemocratização, pois ampliou o enfrentamento contra a ditadura para setores além do movimento estudantil e dos movimentos populares de esquerda, que já estavam na rua.

A potência desses manifestos fez com que o próprio Bolsonaro fosse às redes sociais ironizar e tentar diminuir a força dos documentos. Entretanto, os jornais dão conta de que a equipe de campanha do ex-capitão está encurralada com os dois manifestos que, na prática, escancaram que Bolsonaro perdeu o apoio de parte significativa da elite que esteve com ele nas eleições de 2018 e deu sustentação ao seu governo.

Por isso, está cada vez mais evidente que as eleições de outubro não são uma simples eleição, mas uma encruzilhada histórica para o Brasil. De um lado, temos um Bolsonaro cada vez mais desesperado, com uma irresponsabilidade fiscal sem precedentes na história do país

e que representa os valores antecivilizatórios da ditadura, da tortura, da agressão aos direitos humanos, do terraplanismo diplomático, da negação da ciência e da depredação sem limites do nosso meio ambiente.

Do outro, forma-se uma ampla aliança democrática em torno da candidatura da esperança da chapa Lula-Alckmin, uma aliança tão provável quanto

A POTÊNCIA DOS MANIFESTOS FEZ COM QUE O PRÓPRIO BOLSONARO FOSSE ÀS REDES SOCIAIS IRONIZAR E TENTAR DIMINUIR A FORÇA DOS DOCUMENTOS

imprescindível, que une o presidente mais bem avaliado da história com um líder político que foi seis anos vice-governador e 16 anos governador do estado mais rico da federação. Essa coligação é fundamental para superar as imensas dificuldades da herança trágica que Bolsonaro deixará para o país.

Lula é o único candidato que segue percorrendo o país, estruturando palanques estaduais consistentes e aumentando

o leque de alianças. Isso não só pela força dos legados dos governos do PT ou pelo caráter inovador e portador de futuro do nosso programa de governo, mas também pela profunda relação de Lula com o povo brasileiro e pelos valores democráticos e civilizatórios que a nossa candidatura representa.

A tendência é que, com a proximidade das eleições, a polarização entre a civilização e a barbárie se aprofunde ainda mais desidratando as demais candidaturas que contam com a simpatia de setores da imprensa e do mercado, mas que, até agora, não conseguiram sequer atingir a marca de dois dígitos das intenções de voto. A rejeição à Bolsonaro permanece em índices impeditivos, não só pelo desastre econômico e social e pela condução criminosa do enfrentamento da pandemia, mas, sobretudo por um governo que não tem qualquer iniciativa relevante para apresentar ao país, enquanto as pesquisas apontam para uma possibilidade real de vitória de Lula já no primeiro turno.

Nesse cenário, devemos seguir com os pés no chão, com muito trabalho e energia para colocar nas ruas uma campanha que irá emocionar e sensibilizar o povo, ao mesmo tempo em que avançamos na consolidação de uma base política e social que dará condições de governabilidade e sustentação a um futuro governo. Não tenho dúvidas que Lula e a democracia derrotarão o golpismo de Bolsonaro. Lula voltará a governar este país com a legitimidade daquele que será o ser humano mais votado da história das civilizações.

A hand holding a map of Brazil against a rainbow background. The hand is positioned in the center, with the fingers gripping the edges of the map. The background is a vibrant rainbow gradient, with the colors transitioning from red at the top to purple at the bottom. The map of Brazil is white and stands out against the colorful background.

O BRASIL UNIDO NA DEFESA DA DEMOCRACIA

A sociedade civil reage aos ataques do presidente e organiza manifestos em defesa das eleições e das urnas eletrônicas. Empresários, sindicalistas, advogados, intelectuais e artistas alertam para o respeito à Justiça Eleitoral. Isolado, Bolsonaro se vê largado pelo PIB e pela Faria Lima, mas não se emenda. E ironiza a reação do povo brasileiro: “Tão com medo de quê?”

O presidente Jair Bolsonaro vai entrar oficialmente na campanha eleitoral praticamente largado à própria sorte. Ainda que se mantenha com algo em torno de 30% da preferência dos votos, está em situação delicada. É rejeitado pela ampla maioria do povo, jovens, mulheres e negros. Ainda conta com a simpatia de setores da classe média, mas perdeu um apoio importante, entre os mais ricos – o topo da pirâmide social brasileira.

Num movimento inédito, Bolsonaro basicamente se colocou no isolamento político – interno e na comunidade internacional. Sua ofensiva contra as urnas eletrônicas, a cúpula do Judiciário e a Justiça Eleitoral, culminando com a patética reunião no Alvorada há duas semanas, quando chamou diplomatas para assistir seus ataques ao processo eleitoral, se mostrou um grande problema político.

A sociedade civil brasileira se aglutinou em torno da defesa da democracia, num momento poucas vezes na história recente da política nacional. Na terça-feira, 26, uma carta em defesa da democracia lançada por juristas e pela Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo) se transformou numa muralha con-

tra os arreganhos do presidente.

Em menos de três dias, ultrapassou a marca de 500 mil assinaturas. Entre os signatários do texto estão empresários, artistas, intelectuais, diplomatas, líderes de movimentos sociais, entidades de classe como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, além das maiores organizações sindicais de trabalhadores do país, como a Central Única de Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical.

As 100 mil primeiras assinaturas foram atingidas em menos de 24 horas após a publicação do manifesto, inspirado em uma Carta pela Democracia de 1977, um texto de repúdio ao regime militar redigido pelo jurista Goffredo Silva Telles, e lido em de agosto daquele ano diante de uma plateia de estudantes apinhados nas escadarias do Largo do São Francisco.

O texto atual é subscrito inclusive por alguns dos signatários daquele importante documento que funcionou como um tapa na cara da ditadura, sob o comando de Ernesto Geisel. Entre aqueles que firmaram a nova carta, estão os advogados Celso Mori, Fábio Konder Comparato, Flávio Bierrenbach, Jayme Cueva, José Afonso da Silva, José Carlos Arouca, José Carlos Dias e José

Gregori, além de Luiz Eduardo Greenhalgh.

O novo manifesto tem o mesmo tom de repúdio da carta aos brasileiros escrita há 45 anos: “A lição de Goffredo está estampada em nossa Constituição: ‘Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição’”, diz um trecho da carta aos brasileiros, aludindo diretamente à confiabilidade no sistema de urnas eletrônicas.

Nada menos que 12 ex-ministros do Supremo Tribunal Federal também assinam o documento, incluindo Sepúlveda Pertence, Nelson Jobim e Celso de Mello. O coletivo 342 Artes, encabeçado pela produtora Paula Lavigne, planeja a gravação de um vídeo com a leitura da carta gestada pela Faculdade de Direito da USP. Caetano Veloso, Maria Bethânia, Gilberto Gil e Gal Costa aderiram ao movimento e assinaram o documento.

A repercussão foi imediata. E global. Na Inglaterra, o diário financeiro Financial Times, que é a mais importante publicação para investidores estrangeiros e o mercado financeiro internacional, estampou em manchete: Sociedade civil brasileira defende democracia contra ataques de Jair Bolsonaro. A agência Reuters



Reprodução/YouTube

DESMORALIZAÇÃO

Bolsonaro fez ataques à Justiça Eleitoral no Palácio do Alvorada, diante de representantes diplomáticos de outras nações. A manobra só o isolou. Ele não obteve nenhum apoio na comunidade internacional

também alardeou o outro manifesto, encabeçado pelo setor privado: Banqueiros e empresários dizem que democracia brasileira está em 'grave perigo'.

Bolsonaro sentiu o impacto do movimento organizado da sociedade. No cercadinho do Palácio do Alvorada, tentou desdenhar: "Você pode ver esse negócio de carta aos brasileiros, democracia... Os banqueiros estão patrocinando. É o Pix, que eu dei na... Uma paulada neles... Os bancos digitais também, que nós facilitamos. Estamos acabando com o monopólio dos bancos. Eles estão perdendo poder. Carta pela democracia? Qual é a ameaça que eu estou oferecendo para a democracia?"

Apesar da blague, no comitê de campanha da reeleição, o movimento organizado de empresários, sindicalistas e juristas pegou a todos de surpresa. Ninguém imaginava uma reação tão ampla e, pior, com a adesão de importantes segmentos do meio empresarial. Praticamente, todo o PIB nacional deixou o ex-capitão do Exército isolado e sem pontes com a Faria Lima.

Bem-informado sobre os movimentos do centrão, o veterano jornalista Tales Faria anunciou no UOL: "A campanha do Bolsonaro está alarmadíssima com essa Carta aos Brasileiros", disse. "Ela é um ponto de inflexão na campanha, pois mostrou que, se em 2018 a elite chegou a apoiar Bolsonaro, dessa vez não tem conversa. Ele agrediu a democracia e a elite brasileira largou o Bolsonaro".

Na sexta-feira, Bolsonaro voltou ao tema, ao escrever um tuíte em que ironiza: "Por meio desta, manifesto que sou a favor da democracia". Assinado: Jair Messias Bolsonaro, presidente da República Federativa do Brasil. A graça não apagou a marca da impaciência da Casa Branca, agora sob domínio dos democratas.



RECADO "É especialmente vital que militares desempenhem seus papéis com responsabilidade durante as eleições", disse o secretário de Defesa dos EUA

Três dias antes, o secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, esteve na conferência de ministros da defesa dos países das Américas, realizada no Brasil. Além de louvar as instituições democráticas, foi claro no recado: "Tive a oportunidade de reafirmar o papel adequado da função do Exército na sociedade democrática. E isso significa controle civil firme sobre os militares", explicou.

General aposentado escolhido pessoalmente por Joe Biden, Lloyd cobrou responsabilidade dos militares brasileiros, em declaração dada a jornalistas norte-americanos que acompanharam sua comitiva. "Gostaria apenas de ressaltar que é especialmente vital que os militares desempenhem seus papéis com responsabilidade durante as eleições", disse, em declaração captada pela Reuters.

Os ministros da Defesa dos países da América assinam declaração pró-democracia, reafirmando compromisso ainda com a soberania nacional. Na mesma conferência, o ministro brasileiro jurou que as Forças Armadas estão enfileiradas na trincheira da legalidade. Era o que tinha a dizer.

"Da parte do Brasil, manifesto respeito à carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), e

a Carta Democrática Americana, e seus valores, princípios e mecanismos", disse o general Paulo Sérgio Nogueira. E ainda reiterou outras declarações mansas. Um contraste com a ofensiva que lançou contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) há poucos meses.

O nível de desmoralização de Bolsonaro no exterior é gigante. Na quarta-feira, o Washington Post distribuiu um texto para seus assinantes chamando o presidente brasileiro de demagogo e traçando um paralelo entre ele e Donald Trump.

O artigo, assinado por Ishaan Tharoor, alerta: "O presidente já está convocando os apoiadores a saírem às ruas no dia 7 de setembro, dia nacional do Brasil. Nesse mesmo dia, no ano passado, houve cenas acaloradas quando multidões pró-Bolsonaro em Brasília tentaram passar pelas barreiras policiais e marchar em direção ao Supremo Tribunal, mas foram frustradas e dispersadas".

"Parece que Bolsonaro pode terminar seu mandato de maneira semelhante a Trump", aponta. "Por meses, ele mergulhou essencialmente na cartilha de Trump, colocando em dúvida a legitimidade do processo eleitoral do Brasil e, por extensão, sua democracia". •

Lula: “Militares são responsáveis”

Em entrevista ao UOL, ex-presidente contou que teve convivência digna com Forças Armadas durante os oito anos de governo. E lembra que Jair Bolsonaro foi expulso do Exército por indisciplina

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva lembrou da boa relação que teve com as Forças Armadas, durante os seus governos, e afirmou que os militares são responsáveis. “Eu acho que nós temos que ter em conta que os militares são mais responsáveis do que o Bolsonaro. Eu convivi com os militares e eu posso te dizer que eu não tenho queixa do comportamento das Forças Armadas”, disse.

“Eu mantive oito anos de convivência da forma mais digna possível. Eles nunca me criaram um único problema. E ajudaram naquilo que era possível ajudar”, declarou em entrevista ao vivo ao portal UOL na manhã de quarta-feira, 27. Na conversa com os jornalistas Kennedy Alencar, Alberto Bombig e Carla Araújo, Lula disse que as Forças Armadas não têm que dar palpites sobre urnas eletrônicas, questão da alçada da sociedade, do Congresso Nacional e da Justiça Eleitoral. Às Forças Armadas, disse, cabe cuidar das fronteiras e das riquezas brasileiras de forma soberana.

“Não é possível que, com a quantidade de responsabilidades que a gente tem que ter com o tráfico de armas na nossa fronteira, com o tráfico de drogas, a gente tenha um ministro da Defesa preocupado com urna eletrônica, porque o presidente está preocupado. Não. Está errado”, disse.

“Discutir urna eletrônica é

uma questão da sociedade civil, dos partidos políticos, dos políticos e da Justiça Eleitoral. É assim que deve ser, e o Ministério da Defesa tem que estar preocupado em organizar as nossas tropas para elas bem defender o Brasil quando o Brasil precisar”, comentou o líder petista, que é líder em todas as pesquisas eleitorais.

O ex-presidente se posicionou contrário à indicação de militares para comandar o Ministério da Defesa, disse que a opção por uma das forças provoca incômodo nas demais e lembrou que em seus governos atuou para melhoria delas. Lula contou também da compra de aviões para a Aeronáutica, que

estava “em frangalhos” e do navio para a base brasileira na Antártica, já que o que tinha lá à época, o Barão de Teffé, “quase não cabia um pesquisador dentro do laboratório”.

Lula ressaltou ainda que as Forças Armadas não criam caso, e disse ter certeza de que os militares da ativa não apoiam as insanidades do presidente. “Eu tenho certeza que essas bobagens que o Bolsonaro fala não tem o apoio dos militares da ativa, não tem apoio do alto comando”, comentou. “Embora o presidente da República seja o chefe supremo, ele só pode ser considerado chefe supremo quando ele é sério, quando fala coisa com coisa, quando respeita a sociedade e as instituições, quando ele respeita a democracia e as próprias Forças Armadas”.

O ex-presidente disse não acreditar em golpe e declarou que o atual presidente vai pagar caro, se brincar com a democracia. “Como é que a gente pode falar em golpe? Eu não acredito em golpe. Não acredito que as Forças Armadas aceitem isso, não acredito que a sociedade brasileira permita isso. Não acredito. Esse cidadão, se ele começar a brincar com a democracia, ele vai pagar um preço muito caro”, disse, criticando Bolsonaro também pelos decretos de sigilo para proteger familiares e ministros. “É lógico que tem que revogar, não é possível a gente permitir”. •

**LULA, AO UOL:
“COMO É QUE A
GENTE PODE FALAR
EM GOLPE? EU
NÃO ACREDITO
EM GOLPE. NÃO
ACREDITO QUE AS
FORÇAS ARMADAS
ACEITEM ISSO”**

A carta aos brasileiros

USP divulga manifesto e disponibiliza adesões. Nova carta conta com mais de 500 mil assinaturas, entre ministros, juristas, docentes, artistas, personalidades brasileiras e membros do Judiciário

Em agosto de 1977, em meio às comemorações do sesquicentenário de fundação dos cursos jurídicos no país, o professor Goffredo da Silva Telles Junior, mestre de todos nós, no território livre do Largo de São Francisco, leu a Carta aos Brasileiros, na qual denunciava a ilegitimidade do então governo militar e o estado de exceção em que vivíamos. Conclamava também o restabelecimento do estado de direito e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A semente plantada rendeu frutos. O Brasil superou a ditadura militar. A Assembleia Nacional Constituinte resgatou a legitimidade de nossas instituições, restabelecendo o estado democrático de direito com a prevalência do respeito aos direitos fundamentais.

Temos os poderes da República, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, todos independentes, autônomos e com o compromisso de respeitar e zelar pela observância do pacto maior, a Constituição Federal.

Sob o manto da Constituição Federal de 1988, prestes a completar seu 34º aniversário, passamos por eleições livres e periódicas, nas quais o debate político sobre os projetos para país sempre foi democrático, cabendo a decisão final à soberania popular.

A lição de Goffredo está estampada em nossa Constituição "Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

Nossas eleições com o processo eletrônico de apuração têm servido de exemplo no mundo. Tivemos várias alternâncias de poder com respeito aos resultados das urnas e transição republicana de governo. A urnas eletrônicas revelaram-se seguras e confiáveis, assim como a Justiça Eleitoral.

Nossa democracia cresceu e amadureceu, mas muito ainda há de ser feito. Vivemos em país de profundas desigualdades sociais, com carências em serviços públicos essenciais, como saúde, educação, habitação e segurança pública. Temos muito a caminhar no desenvolvimento das nossas potencialidades econômicas de forma sustentável. O Estado apresenta-se ineficiente diante dos seus inúmeros desafios. Pleitos por maior respeito e igualdade de condições em matéria de raça, gênero e orientação sexual ainda estão longe de ser atendidos com a devida plenitude.

Nos próximos dias, em meio a estes desafios, teremos o início da campanha eleitoral para a renovação dos mandatos dos legislativos e executivos estaduais e federais. Neste momento, deveríamos ter o ápice da democracia com a disputa entre os vários projetos políticos visando convencer o eleitorado da melhor proposta para os rumos do país nos próximos anos.

Ao invés de uma festa cívica, estamos passando por momento de imenso perigo para a normalidade democrática, risco às instituições da República e insinuações de desacato ao resultado das eleições.

Ataques infundados e desa-

companhados de provas questionam a lisura do processo eleitoral e o estado democrático de direito tão duramente conquistado pela sociedade brasileira. São intoleráveis as ameaças aos demais poderes e setores da sociedade civil e a incitação à violência e à ruptura da ordem constitucional.

Assistimos recentemente a diversos autoritários que puseram em risco a secular democracia norte-americana. Lá as tentativas de desestabilizar a democracia e a confiança do povo na lisura das eleições não tiveram êxito, aqui também não terão.

Nossa consciência cívica é muito maior do que imaginam os adversários da democracia. Sabemos deixar ao lado divergências menores em prol de algo muito maior, a defesa da ordem democrática.

Imbuídos do espírito cívico que lastreou a Carta aos Brasileiros de 1977 e reunidos no mesmo território livre do Largo de São Francisco, independentemente da preferência eleitoral ou partidária de cada um, clamamos as brasileiras e brasileiros a ficarem alertas na defesa da democracia e do respeito ao resultado das eleições.

No Brasil atual não há mais espaço para retrocessos autoritários. Ditadura e tortura pertencem ao passado. A solução dos imensos desafios da sociedade brasileira passa necessariamente pelo respeito ao resultado das eleições.

Em vigília cívica contra as tentativas de rupturas, bradamos de forma uníssona:

Estado Democrático de Direito Sempre!!! •



Em 1977, um tapa na ditadura

A Faculdade de Direito da USP lançava há 45 anos um manifesto em defesa da democracia, lido pelo jurista Goffredo da Silva Telles Junior nas escadarias do largo de São Francisco

A ditadura militar já ia para os seus 13 anos de existência, instaurada pelo Golpe de 1964, durou 21 anos, e vinha já carregando mortes, reprimindo opositores e dissidentes, de maneira covarde e assassinada. Em 1977, estava à frente da ditadura o general Ernesto Geisel.

Em 1977, ante a iminência de uma derrota eleitoral, Geisel fechou temporariamente o Congresso e editou um conjunto de regras eleitorais conhecido como Pacote de Abril. Entre as principais mudanças estavam a ampliação das bancadas do Norte e do Nordeste na Câmara dos Deputados – o que garantia maioria parlamentar à Arena – o partido da ditadura.

Além disso, a ditadura aumentou o quórum para mudar a Constituição de 50% dos parlamentares para mais de dois terços – medida que seria decisiva, em 1984, para a derrota da emenda das Diretas Já. O regime ainda inovou ao criar o ‘senador biônico’: dos três senadores de cada estado, um passava a ser escolhido diretamente pelos

deputados estaduais.

Naquele ano, o regime assistia ao ressurgimento do movimento estudantil e das greves. No ABC paulista, renascia o movimento metalúrgico, liderado pelo torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi nesse cenário que em 8 de agosto de 1977, o jurista Goffredo da Silva Telles Jr. fez a leitura histórica da Carta aos Brasileiros, tendo como cenário de fundo as Arcadas da Faculdade de Direito da USP. O texto, contrário à opressão da ditadura militar, pedia o reestabelecimento do estado de direito e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

“Queremos dizer, sobretudo aos moços, que nós aqui estamos e aqui permanecemos, decididos, como sempre, a lutar pelos direitos humanos, contra a opressão de todas as ditaduras”, dizia o terceiro parágrafo do texto. Em outro trecho, o manifesto defendia que o Estado de Direito é o Estado que se submete ao princípio de que governos e governantes devem obediência à Constituição.

“Fiquemos apenas com o essencial. O que queremos é ordem. Somos contrários a qualquer tipo de subversão. Mas a ordem que queremos é a ordem do Estado de Direito. A consciência jurídica do Brasil quer uma coisa só: o Estado de Direito, já”, bradou o advogado.

“Bem simples é este princípio, mas luminoso, porque se ergue, como barreira providencial, contra o arbítrio de vetustos e renitentes absolutismos. A ele as instituições políticas das Nações somente chegaram após um longo e acidentado percurso na História da Civilização. Sem exagero, pode-se dizer que a consagração desse princípio representa uma das mais altas conquistas da cultura, na área da Política e da Ciência do Estado”, apontava a carta.

Em 1978, Geisel enviaria ao Congresso Nacional a emenda constitucional que acabava com o AI-5 e restaurava o habeas corpus. Com isso, abriu caminho para a volta da democracia. Mas o fim do regime militar só ocorreria, de fato, em 1985. •



NINGUÉM AGUENTA Os banqueiros Roberto Setúbal e Pedro Moreira Salles (à esq.) encabeçam manifesto lançado na última semana, endossado por empresários, como Fábio Barbosa (à dir.), intelectuais e ex-ministros de Estado

O PIB abandona o ex-capitão

Empresários, intelectuais e banqueiros lançam manifesto em defesa das eleições e contra os ataques às urnas eletrônicas

Um manifesto em apoio às eleições organizado por empresários e integrantes da sociedade já contava com mais de 6.000 assinaturas na última semana. O movimento foi lançado depois da escalada de críticas feitas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao processo eletrônico de votação.

O documento encabeçado por empresários, diplomatas e intelectuais critica o que considera “ataques infundados e desacompanhados de provas” que questionam “o Estado Democrático de Direito” e a lisura do processo eleitoral. O texto não menciona Bolsonaro.

O manifesto conta com 267 assinaturas iniciais. A iniciativa uniu nomes como o presidente da Natura, Fábio Barbosa, o ex-presidente do Credit Suisse no Brasil José Olympio Pereira, a presidenta do Conselho de Administração do Magazine Luiza, Luiza Trajano, e a Monja Coen.

Outros nomes que constam no manifesto são Roberto Setúbal, banqueiro ex-presidente do Itaú; Sidney Klajner, presidente do Hospital Israelita Albert Einstein; e Pedro Moreira Salles, co-presidente do Conselho de Administração do Grupo Itaú Unibanco.

“Agora que as eleições estão se aproximando, é ainda mais necessário reafirmar o nosso compromisso com a democracia no Brasil. Defender a democracia é papel de todo cidadão”, disse o presidente da Natura. Eis a íntegra do documento.

O Brasil terá eleições e seus resultados serão respeitados

O Brasil enfrenta uma crise sanitária, social e econômica de grandes proporções. Milhares

de brasileiros perderam suas vidas para a pandemia e milhões perderam seus empregos.

Apesar do momento difícil, acreditamos no Brasil. Nossos mais de 200 milhões de habitantes têm sonhos, aspirações e capacidades para transformar nossa sociedade e construir um futuro mais próspero e justo.

Esse futuro só será possível com base na estabilidade democrática. O princípio chave de uma democracia saudável é a realização de eleições e a aceitação de seus resultados por todos os envolvidos.

A Justiça Eleitoral brasileira é uma das mais modernas e respeitadas do mundo. Confiamos nela e no atual sistema de votação eletrônico. A sociedade brasileira é garantidora da Constituição e não aceitará aventuras autoritárias.

O Brasil terá eleições e seus resultados serão respeitados. •

Bloomberg alerta para riscos

Em editorial, a agência de notícias cobra das grandes nações “apoio claro e inequívoco às forças democráticas no Brasil” para limitar os danos “e garantir que a vontade do povo prevaleça”

Bloomberg | Editorial

Em quase quatro anos no cargo, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro fez pouco para incutir fé em seu compromisso com a democracia. Ele alegou que somente Deus poderia removê-lo do cargo, ameaça os freios e contrapesos e questionou repetidamente o bem estabelecido sistema de votação eletrônica do Brasil.

Recentemente, ele levou suas alegações infundadas para além das fronteiras do país, chamando embaixadores estrangeiros para uma apresentação que fazia conspirações desmascaradas sobre o processo eleitoral e repreendia juízes da Suprema Corte.

Ainda não se sabe se tal fanfarronice se traduz em um esforço conjunto para rejeitar um resultado desfavorável na eleição presidencial de outubro. Mas a mera possibilidade de uma crise eleitoral no maior país da América Latina é algo que os outros líderes do Brasil – com a ajuda do mundo democrático – devem agir agora.

Bolsonaro negou qualquer desejo de golpe. A tentativa de se manter no poder certamente será mais difícil se o titular, que hoje está atrás nas pesquisas do candidato de esquerda e ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sofrer uma derrota retumbante.

Mas há uma série de resultados menos extremos que ainda seriam devastadores. Surto de violência podem levar à inter-

Bloomberg
US Edition

Opinion
The Editors

Brazil's Democracy Needs More Friends in High Places

Jair Bolsonaro's populist tendencies have long demanded vigilance. Limiting the damage to Latin America's most populous country now requires action, too.

venção militar, e uma divisão nas forças de segurança mais amplas não é inconcebível, dado o apoio mais entusiástico da polícia militar. Qualquer movimento para rejeitar ou desacreditar os resultados exacerbaria a desconfiança dos brasileiros nas instituições governamentais, em um momento em que o descontentamento com os frutos da democracia já está em alta. O país corre o risco de paralisia.

O trabalho de garantir eleições livres e justas deve ser liderado por brasileiros – não apenas líderes políticos, mas também tecnocratas, o Judiciário, a sociedade civil e a mídia. Os esforços das autoridades eleitorais, acadêmicos e verificadores de fatos para combater a disseminação de desinformação nas mídias sociais, principalmente o WhatsApp, têm sido encorajadores. Mas essas forças precisam de ajuda.

Nos próximos meses, os EUA devem reiterar sua confiança nas instituições democráticas e nas autoridades eleitorais brasileiras, por meio de visitas públicas de altos funcionários do governo Biden e delegações parlamentares bipartidárias. Washington deve trabalhar com os vizinhos do Brasil e outros governos democráticos para apoiar os observadores eleitorais internacionais. Eles de-

vem financiar intercâmbios para especialistas técnicos e de segurança cibernética para reforçar o sistema de votação do Brasil.

Os líderes corporativos também podem usar sua influência. Embora muitos executivos estejam relutantes em entrar na política interna do Brasil, alguns financistas já assinaram uma carta aberta em defesa da democracia. Mais coalizões empresariais e grupos de lobby podem deixar claro os danos econômicos duradouros que seriam causados por violações das regras democráticas básicas. A manifestação seria do interesse não apenas dos brasileiros, mas também das próprias empresas, que nada têm a ganhar com o desmoronamento da quarta maior democracia do mundo.

Nos últimos anos, a credibilidade das potências democráticas do mundo – e dos EUA em particular – sem dúvida sofreu entre os cidadãos da América Latina, em parte devido ao fraco envolvimento diplomático na região. Fornecer apoio claro e inequívoco às forças democráticas no Brasil hoje ajudaria a limitar os danos e garantir que a vontade do povo prevaleça. •

Publicado originalmente na [Bloomberg](#) em 27 de Julho de 2022.

“A incompetência de Bolsonaro afastou o capital”, diz jornalista

Repórter estadunidense que foi correspondente no Brasil, afirma que os Estados Unidos não estão dispostos a ajudar um golpe que dê um segundo mandato ao atual presidente

Isaías Dalle

Um dos mais importantes correspondentes estrangeiros atuando ao longo dos últimos anos no Brasil, Vincent Bevins acompanhou a ascensão dos governos Lula e Dilma e o golpe imposto em 2016 contra a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Ele atuou como repórter do *Financial Times*, do *Washington Post* e do *Los Angeles Times*.

Para o veterano jornalista, os Estados Unidos não estão dispostos a financiar uma nova aventura presidencial de Jair Bolsonaro. A identificação com Donald Trump o afasta de Joe Biden e a incompetência criou animosidade com o capital. “Não foi exatamente o extremismo ideológico que o fez perder apoio”, diz o autor do livro “O Método Jacarta” (editora Autonomia Literária).

Traduzido para 13 línguas, o livro narra como o anticomunismo tem sido evocado para sufocar projetos de soberania nacional fora da esfera de poder estadunidense. A seguir, os prin-

cipais trechos da entrevista concedida:

Focus Brasil – Como você interpreta a posição diplomática dos Estados Unidos, seguida depois pela Inglaterra, de defesa do sistema eleitoral brasileiro?

Vincent Bevins – Para efetivamente estabelecer um governo, além das urnas, é preciso também de apoio de outros centros de poder institucional, como as Forças Armadas, a mídia, o capital nacional e internacional. Os Estados Unidos também são um centro de poder importante. O que temos visto nos últimos dias é que todos esses centros de poder não parecem dispostos a apoiar um golpe para reproduzir um governo bolsonarista. Isso mostra a fraqueza do projeto dele, Bolsonaro.

– Se ele tivesse ido bem na condução da economia, você acha que teria esse apoio?

– Há muitas outras coisas a considerar. Mas durante a pandemia, Bolsonaro perdeu muito apoio nas parcelas urbanas. Por causa do jeito que gerenciou, ou não

gerenciou, uma política pública contra a pandemia. Uma coisa que eu costumo dizer para os gringos nos Estados Unidos é que não foi exatamente o extremismo ideológico do Bolsonaro, o extremismo retórico dele, que o fez perder apoio do capital nacional. Mas a incompetência para gerenciar uma economia do tamanho da do Brasil. Uma elite econômica inteligente sabe que é preciso competência. Não basta um choque neoliberal, que eles queriam, mas precisa de administração.

– Há algo, sob a superfície desse posicionamento dos Estados Unidos, a que a gente deva ficar atento?

– Não sei. O que eu sei é que essa identificação do Bolsonaro com uma política trumpista entrou no radar da política externa dos Estados Unidos. Isso é muito importante para o Partido Democrata. Faz sentido para os democratas, na política interna, não tomar partido do Bolsonaro, porque ele se aliou de maneira explícita ao projeto do Donald Trump.

“

A IDENTIFICAÇÃO DO BOLSONARO COM UMA POLÍTICA TRUMPISTA ENTROU NO RADAR DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

”

– O seu livro trata da retórica anticomunista, vez ou outra retomada com força. Houve momentos nos governos Lula e Dilma que deram força a essa retórica e foram apropriados pelos Estados Unidos?

– Acho que a ideia do anticomunismo ficou muito forte depois da queda da Dilma. Mas o que eu acho interessante é pensar em qual momento o posicionamento dos Estados Unidos muda durante o governo Dilma. Se os temas do petróleo e alianças Sul-Sul foram, de novo, essenciais para isso. Eu creio que sim. O que se sabe é que o capital internacional nunca gostou da ideia da criação da Petrobrás, desde o início. E o regime de partilha do pré-sal também não agradou. O anticomunismo muitas vezes foi o nome dado às cruzadas contra a integração Sul-Sul. O anticomunismo fez o bolsonarismo entrar no debate político dos Estados Unidos, e é bom para o Biden estar contra. Mas os republicanos podem voltar daqui a dois anos e retomar

a identificação com um projeto anticomunista, antipetista.

– Já é possível identificar como está a opinião pública americana em relação à chegada ao poder de governos populares, como no Chile, no Equador, na Colômbia?

– A realidade nos Estados Unidos, que pode ser libertadora para a esquerda, mas pode ser também muito perigosa, é que nós estamos em declínio rápido, estamos muito preocupados com o futuro do nosso próprio país. A atenção está muito voltada para dentro, para salvar a república, e isso pode ser bom para a América Latina. Mas lembro que impérios em declínio, ao longo da história, reagem mal a essa condição, aceitam mal essa nova realidade.

– Essa sensação de declínio é muito forte entre os americanos?

– Sim. Em quase toda a sua história, os Estados Unidos estiveram em ascensão. O imaginário americano é muito tomado pela ideia de potência, de império.

Pelo pressuposto de subida rápida e permanente. E nos últimos 20 anos, a minha geração descobriu que isso não é possível. Essa sensação de não poder ter um futuro melhor do que o que os nossos pais tinham é muito forte. Quando eu visito os Estados Unidos, sinto isso no ar. Há quem defenda o fim da democracia. Que diz que vai haver guerra civil. Isso não existia há 15 anos.

– Na semana passada, um conselheiro de segurança do Reino Unido falou em risco de uma guerra nuclear. Você acha que o anticomunismo abre um novo capítulo?

– Sim, está de volta. Quando eu comecei a escrever o livro, em 2017, não imaginava que o tema voltaria a ser tão relevante. E o bolsonarismo é um exemplo, talvez o melhor do mundo, da volta do anticomunismo violento e fanático. Essa retórica anticomunista funciona para uma parte da elite defender seus privilégios. •



LULA LIDERA EM CENÁRIO ESTÁVEL

Novas pesquisas mostram o ex-presidente muito à frente de Bolsonaro, que enfrenta alta rejeição e se mantém estável. Corrida vai começar para valer sem que terceira via se viabilize

Matheus Tancredo Toledo

As pesquisas mais recentes divulgadas pelos institutos de pesquisa – Ipespe, FSB Pesquisa e Datafolha – trazem um quadro de estabilidade na disputa presidencial a cerca de 60 dias do primeiro turno. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua na liderança, colocando mais de 18 pontos à frente de Jair Bolsonaro, de acordo com o Datafolha. Se a eleição fosse hoje, o petista seria eleito no primeiro turno, com 53%.

Segundo a pesquisa Ipespe, realizada entre 20 e 22 de julho, em parceria com a XP Investimentos, ouvindo 2 mil eleitores por telefone, Lula lidera a corrida presidencial com 44% das intenções de voto, no cenário de primeiro turno. Em seguida vem Bolsonaro, com 35% e Ciro Gomes com 9%. A candidata do MDB, Simone Tebet, tem 4% e André Janones (Avante), tem 2%. Os demais candidatos não ultrapassaram 1% dos votos.

Em comparação com a pesquisa anterior, realizada há mais de 40 dias, Lula oscilou 1 ponto percentual para baixo e Bolso-

naro 1 ponto para cima – Ciro manteve seu patamar e tanto Tebet quanto Janones subiram 1 ponto, cada. Considerando a margem de erro de 2,2 pontos percentuais, não houve mudança no cenário.

O levantamento da FSB Pesquisa, realizado entre 22 e 24 de julho com 2 mil entrevistas telefônicas, mostra Lula com 44% das intenções de voto em primeiro turno, seguido por Bolsonaro (31%), Ciro (9%), Tebet e Janones (2%, cada). Em comparação com a rodada anterior, realizada no início de julho, Lula subiu 3 pontos e Bolsonaro caiu 1 pon-



Ricardo Stuckert

ACORDO INÉDITO Lula lembrou na convenção do PSB que é a maior coligação feita desde a eleição de 1994

UNIDADE DOS PROGRESSISTAS

Na convenção do PSB, Lula exalta união dos setores populares, em evento que oficializou o ex-governador Geraldo Alckmin como candidato a vice do movimento Vamos Juntos Pelo Brasil

No encerramento da convenção nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), na sexta, 29, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva elogiou a inédita união entre sete partidos do campo progressista para as eleições de 2022, representada pelo Movimento Vamos Juntos Pelo Brasil, que conta com PT, PSB, PCdoB, PV, Psol, Rede e Solidariedade. Em sua sexta disputa presidencial, Lula lembrou que esta é a maior coligação desde a eleição de 1994.

“Penso que muitos de nós que estamos aqui hoje, se nos pergun-

tassem há seis meses se acreditávamos no que está acontecendo hoje, se iria acontecer, pouca gente acharia possível”, disse. “Estamos fazendo a mais importante aliança entre os partidos de esquerda neste país. Nós estamos fazendo uma aliança com praticamente todas as centrais sindicais, quase que uma unanimidade do movimento sindical brasileiro, seja do campo, da cidade, na fábrica ou setor público”.

Para Lula, a maior e mais inesperada novidade é a presença do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin ao seu lado. “Hoje temos uma novidade que

ninguém pensava que fosse acontecer, que é o companheiro Alckmin, filiado ao PSB, e candidato a vice-presidente da República”, destacou.

Para Lula, a candidatura com Alckmin é a culminação das trajetórias de dois políticos experientes, com anos de serviços prestados à administração pública. “Primeiro, é a candidatura de um homem que governou São Paulo por 14 anos. Junto de um homem que foi o mais exitoso presidente da República, não por méritos próprios, mas pela contribuição que a sociedade brasileira deu para que a gente colo-

casasse esse país definitivamente na órbita das grandes nações e que o Brasil virasse protagonista internacional”, resumiu.

Em seu discurso, Alckmin agradeceu a recepção que teve ao se filiar ao PSB, no início deste ano, e falou sobre a necessidade de todos os partidos se unirem neste momento, em nome da recuperação da democracia no Brasil. “Hoje é dia de confraternização, de mostrar a força da nossa união”, disse.

“É dia de o PSB abrir as portas e promover esse grande encontro suprapartidário, aqui com todos os partidos conosco, para todos juntos seguirmos em frente nesta caminhada, a caminhada da esperança em direção ao futuro”, declarou Alckmin. “É dia de mostrar que estamos unidos, firmes e determinados, a livrar o Brasil do fanatismo político, da ruínosa política econômica que pôs o país de volta no mapa da fome”.

O ex-governador falou sobre a importância da luta pela democracia no país, uma luta que é de todos. “A democracia brasileira é uma obra coletiva, somos todos responsáveis por ela, ela é resultado da nossa história. A democracia é uma conquista de todo o povo brasileiro, que exigiu muita luta, que reclamou muitas vidas e nos permitiu recuperar a nossa plena condição de cidadãos”, disse. “O povo brasileiro não vive sem liberdade e quem não vive sem liberdade, não vive sem democracia. Por isso, não vamos abrir mão jamais do nosso direito de escolher livremente quem deve governar o país”.

Ao longo do evento, as lideranças dos partidos que compõem o Movimento Vamos Juntos Pelo Brasil também falaram da importância da união nacional. “É um processo de construção da unidade em defesa da democracia. PT e PSB já caminharam juntos em muitas lutas.

Ricardo Stuckert



EXPERIÊNCIA Na convenção, Lula lembrou da larga experiência de Alckmin

Nessa eleição de 2022 ninguém titubeou, nem o PT, nem o PSB, nem a Rede, nem o PCdoB, nem o Psol, nem o PV, nem o Solidariedade”, disse a presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann.

O presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, também ressaltou a união. “Ao meu ver é a mais importante convenção que o partido realiza desde sua reconstrução. A disputa se afigura essencialmente entre democracia e autoritarismo, entre civilização e barbárie. Nesse contexto, a luta em favor da plenitude democrática une de forma sólida os partidos que compõem o campo

LULA: “ESTAMOS FAZENDO A MAIS IMPORTANTE ALIANÇA ENTRE OS PARTIDOS DE ESQUERDA E COM QUASE TODAS AS CENTRAIS SINDICAIS”

progressista. A tarefa é imensa e desafiadora, o Brasil vem sendo destruído”, afirmou.

A deputada federal Jandira Feghali, vice-presidenta nacional do PCdoB, ressaltou a força de uma frente ampla para a eleição. “Essa foi uma construção que expressa a maturidade dos partidos diante desse momento difícil que o país vive. Exigiu de nós uma unidade. É momento de amor, de reconstrução, de novas políticas em um novo momento para o país”, disse.

O presidente do PV no Distrito Federal, Eduardo Brandão, contou sobre uma cena que tem testemunhado diariamente nos canteiros de obra onde trabalha como engenheiro. “Todo dia quando a obra acaba, tem uma fila de mulheres que ficam pedindo resto de madeira para cozinhar e ainda saem agradecidas. No discurso (de Lula) na UnB comecei a lembrar dessas mulheres e me emocionei. Tenho vergonha de como o Estado tem tratado o nosso povo”, criticou.

Por sua vez, o senador Randolfe Rodrigues, da Rede, a missão dos próximos dois meses até a eleição “é a maior de nossas vidas”, uma missão para retomar e reformar o país. “Vamos mostrar a eles que a pátria é não aceitar a fome, o racismo, o machismo, a homofobia. Os pobres deste país não vão caminhar para a morte como eles querem”, declarou. •



CIÊNCIA PRECISA DE DINHEIRO

Lula discursa perante a SBPC e se compromete a ampliar os recursos para o setor, que vem sendo desmontado desde o Golpe de 2016. “Ciência e educação devem ser alavancas para a redução da pobreza”, lembra o ex-presidente da República

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender mais recursos para a ciência e tecnologia como forma de assegurar a soberania nacional e retomar o projeto de desenvolvimento social e econômico. Em discurso diante da comunidade científica nacional, na 74ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Lula lembrou o legado das gestões petistas na área, lamentou o apagão científico provocado pelo atual governo e sinalizou ações para um

eventual novo mandato. A reunião da SBPC foi realizada no campus Darcy Ribeiro, da Universidade de Brasília.

“Estou certo de que seremos capazes de fazer com que a pesquisa científica, a inovação e a educação sejam colocadas novamente no centro das questões nacionais. Que elas sejam revalorizadas como alavancas para o crescimento econômico, a reindustrialização do país e a redução da pobreza, buscando uma economia ambientalmente sustentável e solidária”, disse. Lula diz que pesquisa científica, inovação e educação serão prio-

ridades e alavancas para solução de problemas como a pobreza e a desindustrialização brasileira.

Lula destacou também que um projeto de nação capaz de enfrentar os desafios do tempo presente, rumo ao futuro, não pode renunciar aos compromissos com a democracia, o desenvolvimento econômico, educacional, científico e tecnológico, a inclusão social, a redução das assimetrias regionais e a pluralidade cultural.

“A soberania nacional e a defesa do meio ambiente devem caminhar juntas e orientadas para a ampliação da cidadania,

do trabalho e da renda”, disse. O avanço nestes campos foi - e é - fruto de lutas e resistências das forças progressistas ao longo da nossa trajetória histórica, e, portanto, deve ser defendido e aprofundado”.

Lula conclamou a sociedade a se mobilizar em defesa das áreas de educação, da ciência, tecnologia e inovação, do meio ambiente, dos direitos humanos, da saúde e demais patrimônios da Nação e a lutar pela preservação da vida, pela garantia da soberania e pela redução das desigualdades do país. “Convido a todos e a todas para o avanço na retomada do processo de desenvolvimento, numa perspectiva do uso dos recursos naturais com sustentabilidade e inclusão”, disse.

Em fala direta à comunidade científica, Lula afirmou que os investimentos para a área serão ampliados com destinação de parcela dos recursos do Fundo do Pré-Sal e sinalizou prioridades como a reconstrução do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o fortalecimento do Conselho de Ciência e Tecnologia; a realização da 5a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; recomposição e ampliação do Fomento de Ciência, Tecnologia e Inovação; recuperação e ampliação do orçamento do CNPq, da Finep e da Capes.

“Vamos trabalhar para ampliar e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis no Brasil, desde a educação básica à pós-graduação, passando por um Programa Emergencial de Inclusão e Reintegração Educacional para os jovens sem escola nos diferentes graus educacionais, com atenção prioritária à universalização da inclusão digital”, disse, ressaltando também outras ações como estímulo à inovação no ambiente empresarial e à popularização e difusão da ciência. •

LEGADO DE OURO DO PT

Com Lula e Dilma, Brasil saltou de um patamar de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de 0,88% do PIB, no ano 2000, para 1,24% em 2013

Na quinta-feira, 28, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu do ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, atual presidente da SBPC, um documento com as propostas da entidade para recuperar a ciência e tecnologia no Brasil, após anos de abandono e redução de verbas desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

O despreparo de Jair Bolsonaro feriu de morte o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI), outra vítima de seu negacionismo. Em 31 de maio deste ano, o governo editou um decreto que cortou R\$ 8,2 bilhões no Orçamento de 2022, atingindo principalmente o MEC e o MCTI. E esse não foi o primeiro corte. As sucessivas tesouradas de Bolsonaro na pasta têm comprometido diversas ações em curso no ministério.

O próprio ministro Marcos Pontes, que é aliado de Bolsonaro, chegou a declarar no ano passado que os constantes cortes de orçamento são “falta de consideração”. Depois de viver uma era de ouro com o Ciência sem Fronteiras, que estimulava os pesquisadores e cientistas nacionais, o Brasil volta a viver o fenômeno noventista da “fuga dos cérebros”, em que nossos cientistas e pesquisadores fogem do país por falta de oportunidades.

A ampliação do acesso à universidade em todas as

regiões do país, com programas como o ProUni e o Fies, e do orçamento de ensino e pesquisa são marca registrada dos 13 anos de governos petistas. No Brasil, em 2006, foram publicados 33.498 artigos científicos nos periódicos indexados, número que saltou para 61.122 em 2015. Nessa trajetória, o país alcançou o 13º lugar em produção científica, em nível mundial.

Em quatro anos, de 2007 a 2010, o PAC da Ciência foi integralmente executado, com recursos de R\$ 41 bilhões, que correspondem hoje a mais de R\$ 70 bilhões. E foi assim que o país saltou de um patamar de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de 0,88% do PIB, no ano 2000, para 1,24%, em 2013. Foi o melhor resultado conquistado em 37 anos de existência do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Até que veio a PEC do Teto de Gastos. No início de junho, a SBPC lançou uma dura nota de repúdio contra os cortes anunciados pelo governo, por orientação do Ministério da Economia. Para a comunidade científica brasileira, existe uma perseguição do Palácio do Planalto contra a ciência no Brasil. Eles denunciam que 36,7% dos recursos discricionários do MCTI não poderão ser utilizados ainda este ano e isso trará impacto negativo para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. •



FRANCIA MÁRQUEZ CONVERSA COM LULA

Vice-presidenta da Colômbia discute a conjuntura latino-americana e mundial, as eleições nos dois países e as perspectivas do novo governo liderado por Gustavo Petro

As relações entre Brasil e Colômbia devem ganhar outro patamar, caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva venha a ser eleito em outubro. A avaliação é da vice-presidenta eleita Francía Márquez, que esteve com Lula na última semana acompanhada do senador Alexander López, presidente do Pólo Democrático Alternativo (PDA). O encontro aconteceu na sede da Fundação Perseu Abramo, onde o ex-presidente recebeu a delegação do país vizinho acompanhada do presidente da FPA, Aloizio Mercadante, da presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann, e do ex-ministro Celso Amorim.

Ao lado do presidente eleito Gustavo Petro, Francía integra o primeiro governo progressista da

Colômbia, vitorioso na disputa presidencial ocorrida em junho. Os dois novos dirigentes do país tomarão posse em no próximo final de semana, em 7 de agosto. A vice-presidenta veio ao Brasil para uma série de compromissos, não oficiais, entre os quais conhecer os programas de inclusão social implementados pelos governos petistas.

Com Lula, Frância conversou sobre a conjuntura latino-americana e mundial, as eleições nos dois países e as perspectivas do governo dela e de Petro. Antes do encontro com Lula, ela esteve reunida com as ex-ministras Nilma Lino Gomes (Igualdade Racial), Eleonora Menicucci (Secretaria de Política para Mulheres) e Tereza Capello (de Desenvolvimento Social), em reunião coordenada por Aloísio Mercadante.

Feminista e ativista da causa antirracista, Francía demonstrou especial interesse nas políticas afirmativas, nos programas de transferência de renda, de combate à violência contra a criança e de proteção à mulher, como a Lei Maria da Penha.

O presidente da Fundação Perseu Abramo colocou a expertise da FPA à disposição do país vizinho para intercâmbio e compartilhamento de informações e estratégias relacionadas às políticas inclusivas.

Frância também se encontrou com representantes do movimento negro no Brasil. Estavam presentes entidades como Coalizão Negra, Instituto Ynaô, Coletivo de Entidades Negras, Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, da CUT, União de Negros e Negras pela Igualdade e outros. •

UMA REVOLUÇÃO URBANA

Especialistas e ativistas sociais discutem o direito à cidade e a redução das desigualdades urbanas em debate promovido pelo movimento Vamos Juntos pelo Brasil, para o programa de governo Lula e Alckmin

O desmantelamento das políticas públicas voltadas para as cidades, depois do Golpe de 2016, foi um dos temas da série de debates Diálogos pelo Brasil, realizada na terça-feira, 26, reunindo líderes políticos como Guilherme Boulos (Psol), Marina Silva (Rede), Nádya Campeão e Marli Carrara. O evento teve apresentação de Nabil Bonduki e Maria Caldas.

Coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas (Napp) de Cidades, Nabil Bonduki, da Fundação Perseu Abramo, abriu o debate apresentando um documento que faz uma avaliação das políticas nacionais voltadas às cidades.

“Houve uma completa desestruturação das políticas urbanas com a extinção do Ministério das Cidades, para lisação de programas fundamentais como o Minha Casa Minha Vida faixa 1 e retrocessos enormes nos marcos regulatórios”, denunciou.

Maria Caldas abordou outros dois eixos que contam na proposta de governo, um de controle e participação social e outro de governança. Segundo ela, tais eixos são relevantes. Um dos principais desafios é a superação das condições institucionais que decorrem do modelo federativo pautado na Constituição de 1988. “Para a política urbana, esse modelo contribuiu para o que eu costumo chamar de ‘desgovernança’, pois descentralizou responsabilidades



DESMONTE Bolsonaro abandonou os programas de habitação popular

e não construiu competências para os municípios fazerem esta gestão”, pontuou.

Líder do MTST, Guilherme Boulos disse que a segregação é o grande tema das cidades e deve ser tratado com o destaque devido, em especial a habitação popular. “Estamos em um dos momentos mais críticos da situação de moradia do povo brasileiro, com explosão das pessoas em situação de rua e outras sendo despejadas. Temos uma crise econômica brutal, com inflação, desemprego e desmonte da política de habitação”, denunciou.

Nádya Campeão, representante do PC do B, afirmou que o documento aponta a questão da transição ecológica como indispensável. “É um tema que necessita ainda de muito convencimento,

muita mobilização e é incontornável”, observou. “Ninguém pode abrir mão desta disputa e desses desafios sob uma visão progressista da sociedade. Outro ponto fundamental foi trazer para o debate a questão da territorialidade, territórios que têm conexões devem ter uma abordagem intersetorial”.

Militante da União Nacional de Movimentos Populares, Marli Carrara disse que os documentos que estão sendo construídos para pautar o futuro governos nos dá esperanças. “Essa diretriz de diminuir a desigualdade permeia todo o programa de Lula para 2023”, elogiou. “Para isso, diminuir a desigualdade da incidência política entre ricos e pobres é essencial. Isso depende da participação e controle social, a voz da sociedade tem de ser refletida pelo governo”. •

SENADORES ACUSAM VICE-PGR

Integrantes da CPI pedem que Lindôra Araújo seja investigada por prevaricação. Ela poupou Bolsonaro nas investigações sobre a responsabilidade diante dos 670 mil mortos na pandemia

Integrantes da antiga CPI da Covid lançaram na última semana uma contra-ofensiva contra a vice-procuradora-Geral da República, Lindôra Araújo. Ela pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o arquivamento de sete das dez apurações de crimes revelados pela CPI. Na terça-feira, 26, a cúpula da CPI entrou no STF com pedido para que Lindôra seja investigada por prevaricação, crime praticado por servidor público que atrasa ou deixa de atuar, em suas funções, por interesse pessoal.

Na peça, os senadores classificam Lindôra como “testa de ferro” do procurador-Geral Augusto Aras, escolhido a dedo pelo presidente Jair Bolsonaro. Desde setembro de 2019, Aras tem atuado para justificar o título de aliado do presidente da República, e não de chefe de um órgão, a Procuradoria Geral da República, voltado à defesa dos interesses da União.

“Ao que consta, o ilustre Procurador-Geral da República e seus asseclas parecem renunciar às suas verdadeiras atribuições constitucionais quanto à adoção de providências cabíveis em face de eventuais crimes comuns descobertos pela CPI e praticados pelo presidente da República e por seus subordinados, sempre sob sua responsabilidade”, aponta a representação.

Por isso, no documento entregue ao presidente do STF, ministro Luiz Fux, os senadores solicitam manifestação expressa do titular



TESTA DE FERRO Vice-procuradora-geral pediu arquivamento de casos

da PGR, Augusto Aras, sobre os pedidos de inquérito feitos pela CPI. E, em caso de recusa, requerem do Conselho Superior do Ministério Público Federal a indicação de um subprocurador-geral da República para abrir processo administrativo contra Aras para apurar “ilícitos funcionais e administrativos”.

Na manifestação de Lindôra Araújo, que motivou a ação no STF, a PGR pediu o arquivamento de denúncias-crime envolvendo autoridades da República, fruto das conclusões da CPI da Covid. A medida tenta blindar Bolsonaro, aliados e ministros de processos judiciais às vésperas da eleição. Só o presidente da República pode ficar livre de responder por 8 dos 10 crimes revelados. Desse, 7 são de competência do STF e, por isso, dependem de manifestação da PGR para se tornar processos. Entre outros crimes, Bolsonaro é acusado de

epidemia com resultado morte, infração de medida sanitária, charlatanismo, emprego irregular de verba pública e prevaricação. Caso persevere a blindagem da PGR, restariam “apenas” duas denúncias de crimes comuns: uso de documento falsificado do TCU e incitação ao crime.

Em 27 de outubro de 2021, quando recebeu o relatório final das mãos dos senadores, Augusto Aras afirmou que atuaria com a “agilidade necessária” para avançar nas apurações sobre crimes atribuídos a autoridades com foro privilegiado. Lindôra livrou Bolsonaro, alegando que o presidente agia de boa fé, não sabia da gravidade do coronavírus, e receitou cloroquina porque acreditava ser efetiva no tratamento da doença, ignorando comunicados de organismos científicos emitidos antes das ações do presidente, como a Organização Mundial da Saúde (OMS). • Agência PT

AUXÍLIO-BRASIL NÃO VAI ACABAR COM A FOME

Ex-ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello explica que o Auxílio Brasil não consegue reduzir a miséria porque só dinheiro não reverte o quadro de desigualdade social

Sem um amplo conjunto de políticas sociais para dar suporte às famílias mais pobres, programas de transferência de renda não conseguirão acabar com a fome e a miséria. E é por isso que o Auxílio Brasil, criado pelo governo Bolsonaro, não funciona e já se mostra ineficiente.

Esta é a avaliação da ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Tereza Campello. “Acabaram com o Bolsa Família e colocaram no lugar um programa que não funciona”, alerta. “Fizeram às vésperas das eleições e não dão nenhuma estabilidade ou segurança para a população. Poderíamos chamar o Auxílio Brasil de Auxílio Segundo Turno”, criticou.

Além da falta de garantia de que o programa vai continuar, outra diferença entre a política bolsonarista e a implementada por Lula e Dilma é que, na atual estratégia, a única preocupação

é distribuir dinheiro, como forma de comprar o eleitor. “Não dá para ser só o dinheiro. Assim como não era só Bolsa Família, não pode ser só Auxílio Brasil”, disse, em entrevista ao Jornal PT Brasil, na quinta-feira, 28.

Segundo a economista, o governo Bolsonaro demonstrou que não sabe construir agenda social nem está preocupado em aprender. Ela lembrou que o programa criado por Lula foi acompanhado de uma série de ações que acabaram desmontadas, deixando a população mais pobre abandonada e trazendo de volta a fome.

“Primeiro, foi o congelamento do salário mínimo, instituído por Bolsonaro. Nos governos Lula e Dilma, o salário mínimo estava sempre muito acima da inflação”, observou. Com isso, comprava-se mais comida. “Mas, agora, você tem o salário congelado e os preços disparando”, explica.

O segundo ataque foi às leis

trabalhistas. “Acabaram com a CLT e há menos emprego. E as pessoas que conseguiram ocupação têm um salário mais baixo e sem proteção, sem direito a férias, a descanso, a FGTS, a aposentadoria. Desestruturaram o mercado de trabalho, ou seja, o oposto do que aconteceu no nosso governo”, continuou.

Em terceiro lugar, destacou Tereza, houve o desmonte das políticas sociais. “Essa família, desprotegida, deixa de ter acesso a toda uma rede que vinha em expansão, como a rede de educação infantil e o ensino estendido, em dois turnos, que garante cinco refeições no dia”, denuncia

Por fim, Bolsonaro desorganizou a alimentação saudável no Brasil ao retirar o apoio à agricultura familiar. “Nessa questão, você tem uma dupla consequência: aumenta a população pobre no campo e reduz a produção de alimentos saudáveis, o que eleva o preço da comida”, explica. • **Agência PT**



PETROBRÁS DISTRIBUI R\$ 136 BILHÕES DE LUCRO

Após distribuir R\$ 48,5 bilhões pelo primeiro trimestre, estatal anuncia mais R\$ 87,8 bilhões. “PPI é para agradar aos acionistas em detrimento de 215 milhões de brasileiros”, critica Lula

O povo brasileiro vai mal, mas o governo está bem. Enquanto um desesperado Jair Bolsonaro jura no Twitter que “o Brasil terá uma das ‘gasolina’ (sic) mais barata do mundo”, a Petrobrás elevou sua farra de dividendos ao máximo. Na quinta-feira, 28, a estatal anunciou lucro de R\$ 54,3 bilhões entre abril e junho. E resolveu fazer benemerência, anunciando a antecipação de R\$ 87,8 bilhões em dividendos referentes aos resultados do segundo trimestre.

O anúncio recebeu críticas da presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR):

“Mais uma leva de altos dividendos da Petrobras e desta vez os acionistas privados vão receber R\$ 87,8 bilhões! É absurdo isso. O povo paga gasolina cara e também o aumento em cadeia dos produtos. Bolsonaro não resolve e ainda tira dinheiro dos estados pra tentar baixar o preço”.

O ex-presidente Lula reforçou as críticas: “É importante lembrar que no nosso governo descobrimos o pré-sal e não foi sorte, foi investimento em pesquisa. Foi um desafio que nos colocamos para fazer com que o Brasil fosse definitivamente autossuficiente”, ressaltou.

Os lucros exorbitantes da Pe-

trobrás no segundo trimestre se somará aos R\$ 48,5 bilhões distribuídos em julho e junho em remuneração aos acionistas pelos resultados do primeiro trimestre. No total, a petroleira que vem sendo desmantelada pelo governo, já distribuiu R\$ 136,31 bilhões em dividendos neste primeiro semestre. Muito acima dos R\$ 101,39 bilhões entregue no ano passado, que já haviam sido um recorde na história da empresa.

A “mágica da multiplicação” veio do Conselho de Administração da Petrobrás, que aprovou remunerar os acionistas a R\$ 6,73 por ação. Ou quase o dobro dos R\$ 3,71 pagos pela empresa por

ação na distribuição dos dividendos do primeiro trimestre.

“É um escândalo a diretoria da estatal pagar aos acionistas quase R\$ 7 por ação e reduzir apenas 15 centavos no litro da gasolina, cujos preços abusivos têm impacto na inflação e na vida de todos os brasileiros”, critica o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar.

Pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), Eduardo Costa Pinto afirma que boa parte deste “superlucro” resulta da alta dos preços dos combustíveis no mercado interno, que respondem por 74% dos lucros totais da empresa.

Em três anos e meio de des-governo Bolsonaro, a política de Preços de Paridade de Importação (PPI), adotada em 2016, sob o governo de Michel Temer – e mantida pelo sucessor –, já resultou em aumentos de mais de 155% na gasolina e de 203% no diesel comercializados pelas refinarias da Petrobrás.

Na comparação com o segundo trimestre de 2021, o preço médio dos derivados vendidos pela estatal teve alta de 55%. O economista ressalta ainda que o anúncio ocorre logo após a equipe econômica de Bolsonaro pedir a contribuição das estatais para fechar as contas deficitárias do Executivo.

Costa Pinto chamou de “butim” esses quase R\$ 88 bilhões a serem distribuídos em agosto e setembro, às vésperas das eleições. “Em apenas um trimestre, a empresa vai distribuir aos acionistas cerca de 20,5% do seu valor (R\$ 428,7 bilhões)”, aponta. “Deste total, R\$ 35,5 bilhões vão para acionistas estrangeiros, R\$ 32,5 bilhões para o governo e R\$ 20,7 bilhões para os acionistas privados nacionais”.

A “farra dos dividendos”, acrescenta Deyvid Bacelar, ocorre às custas da política de preços abusivos, das privatizações e dos cortes

de investimentos. “É um verdadeiro saque ao patrimônio público. Estão raspando os cofres da Petrobrás, ao apagar das luzes desta gestão entreguista, algo sem precedentes na história da empresa”, alerta.

Nos primeiros seis meses deste ano, a Petrobrás registrou um ganho de R\$ 98,891 bilhões, alta de 124,6% em relação ao mesmo período de 2021. Ao mesmo tempo, encolheu os investimentos ao piso histórico. No trimestre passado, os investimentos totais da empresa somaram R\$ 9,2 bilhões.

Assim, a participação da estatal na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – índice que mede os investimentos totais no país – caiu para 2,2%, menor nível da série histórica. Nos dois anos anteriores, esse índice ficou em 3,8%. Em 2009, a Petrobras chegou a responder por 11,1% dos investimentos no Brasil.

Essa corrida ao superlucro de curto prazo está conduzindo a Petrobrás para o abismo, acusa o senador Jean Paul Prates (PT-RN). Líder da Minoria, ele diz que Bolsonaro trata a Petrobrás de forma “criminososa”. “O que vai ser a Petrobrás em 30 anos, quando esse petróleo do pré-sal talvez entre em declínio? Onde ela colocou investimento?”, questiona.

“Os acionistas deveriam olhar a Petrobras e dizer: ‘Nossa, essa empresa está indo para o abismo’. Porque ela está puxando óleo do pré-sal, cada vez mais; não tem projeto de transição energética nenhum; vendeu o pé dela no mercado brasileiro, que era a BR Distribuidora; vendeu os gasodutos que davam a ela vantagem competitiva; vendeu refinarias e estão tentando vender, aceleradamente, mais três ou quatro, a preço de banana”, descreveu. O parlamentar é um dos responsáveis por elaborar a política energética a ser implementada por Luiz Inácio Lula da Silva, caso ele vença as eleições. • **Agência PT**

LULA VAI MUDAR A POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROLEIRA

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar a política de preços da Petrobrás, em entrevista ao UOL, e diz que vai mudá-la a qualquer custo. “Eu pretendo fazer com que os preços da Petrobrás sejam em função dos custos nacionais, dos gastos nacionais, porque nós produzimos em real, pagamos salário em real. Ou seja, essa história de PPI, de preço internacional, é para agradar aos acionistas em detrimento de 215 milhões de brasileiros. E a gente pode reduzir o preço, sim”, disse.

Sem citar nominalmente, Lula criticou Michel Temer e Jair Bolsonaro pela política de desmonte da petroleira. “Quando nós encontramos a mais importante jazida de petróleo do século 21, resolvemos destruir a Petrobrás, vender gasodutos, a BR, as refinarias e hoje um país que é autossuficiente em petróleo e poderia exportar derivados, não tem capacidade de refinar o que nós precisamos”, prosseguiu o ex-presidente. “O Brasil hoje só tem capacidade de refinar menos de 80% daquilo que consome. É uma vergonha”.

“Se eu ganhar a eleição, vamos fazer refinaria neste país, que vai ser autossuficiente, vamos restabelecer os royalties, voltar 75% para educação, saúde e ciência e tecnologia e vamos fazer a Petrobrás ser, senão a primeira, a segunda maior empresa petroleira do mundo. Nós temos condições para isso”, declarou. •



ILUSIONISTAS Bons tempos na Casa Branca, Donald e Jair Bolsonaro dividiam visão de mundo e uso da máquina pública em benefício próprio

NA MIRA DA JUSTIÇA

Funcionários de alto escalão do DOJ e do FBI rastreiam todos os movimentos do ex-presidente dos EUA na investigação que pode complicar o seu sonho de reeleição

A medida que a investigação do Departamento de Justiça sobre o ataque ao Capitólio se aproxima cada vez mais do ex-presidente Donald J. Trump, o caso tem provocado paralelos com as investigações de Trump sobre Hillary Clinton na campanha presidencial de 2016. Mas isso é bom. De acordo com o New York Times, o DoJ e o FBI querem evitar os erros do passado.

O procurador-geral Merrick B. Garland tem a intenção de evitar até mesmo os menores, que podem manchar a investigação atual, fornecer aos defensores de Trump razões para alegar que a investigação foi motivada por vingança ou desfazer seu esforço para reabilitar a reputação do departamento após a crise política e anos da

guerra nos anos Trump.

Garland nunca considerou seriamente focar em Trump desde o início, como os investigadores haviam feito anteriormente com Trump e com Clinton durante a apuração sobre o uso do e-mail da ex-secretária do Departamento de Estado.

Os investigadores adotaram uma abordagem mais metódica, escalando cuidadosamente a cadeia de pessoal por trás do plano de 2020 para nomear listas falsas de eleitores de Trump em estados que foram vencidos por Joe Biden.

Isso agora os levou a Trump e seu círculo mais íntimo. Advogados do Departamento de Justiça estão questionando testemunhas diretamente sobre as ações de Trump e de seus principais conselheiros, como seu ex-chefe de gabinete, Mark Meadows, que já ha-

via sido alvo de suspeitas de uma ex-assessora.

À medida que os promotores se aprofundam no entorno de Trump, o ex-presidente e seus aliados no Congresso quase certamente acusarão o Departamento de Justiça e o FBI de uma caça às bruxas politicamente motivada. O modelo para ataques, como Garland e o diretor do FBI, Christopher Wray, bem sabem, foi o "Crossfire Hurricane", a investigação sobre as conexões da campanha de Trump com a Rússia, que o republicano insiste em tratar como uma farsa partidária.

Se for tomada a decisão de abrir uma investigação criminal sobre Trump depois que ele anunciou sua intenção de concorrer às eleições de 2024, como sugere que poderia fazer, os líderes do departamento teriam que assinar qualquer investigação sob uma regra interna estabelecida por Procurador Geral William P. Barr e endossado por Garland.

"O procurador-geral Garland e aqueles que investigam os esforços de alto nível para anular os resultados das eleições de 2020 estão cientes de como qualquer passo em falso, seja do FBI ou dos promotores, será amplificado e usado para fins políticos", disse Mary B. McCord, alta funcionária do Departamento de Justiça durante o governo Obama. "Espero que haja camadas adicionais de revisão e escrutínio de cada etapa da investigação".

Wray parece estar procedendo com o mesmo nível de cautela, na esperança de blindar a agência contra futuros ataques, certificando-se de que seus agentes operem de acordo com as regras e mantendo a liderança do DoJ informada.

Isso significa seguir as regras rígidas do FBI e "não apenas fazer a coisa certa, mas da maneira certa",

disse Wray. Isso também significa que Wray não iria sozinho, como seu antecessor, James B. Comey, notoriamente fez. A agência tipicamente agressiva, que usou todas as ferramentas de investigação em seu arsenal durante a investigação da Rússia, nem sequer abriu um caso visando eleitores falsos no início do outono de 2021, meses depois que os detalhes do amplo esquema foram conhecidos publicamente.

Em 2015, em meio ao clamor pelo uso de uma conta de e-mail pessoal por Clinton, altos funcionários do FBI - sem consultar funcionários do DoJ, incluindo Comey - abriram uma investigação criminal sobre se a ex-secretária havia manipulado informações confidenciais.

Em maio de 2017, o FBI abriu uma investigação de obstrução contra Trump por conta própria, pegando a liderança do Departamento de Justiça desprevenida e desencadeando uma tempestade política. A decisão também alimentou as suspeitas de Trump e seus apoiadores de que o chamado estado profundo queria minar sua presidência.

Após a vitória eleitoral de Trump, Clinton e seus apoiadores culpavam Comey, alegando que suas declarações incomuns sobre o status da investigação de seus e-mails inadvertidamente moldaram o resultado da corrida. O novo presidente logo encontraria falhas no diretor também.

A disposição de Trump de atacar o Departamento de Justiça estava na mente de funcionários do DoJ e da agência enquanto lutavam para responder ao ataque de 6 de janeiro e outros esforços para reverter a derrota de Trump. Os advogados que administravam o departamento na época conseguiram impedir Trump de usurpar o poder para permanecer no cargo ilegalmente. Eles não tinham ilusões sobre sua disposição de

EVIDÊNCIAS CONTRA DONALD TRUMP

O comitê da Câmara que investiga o ataque de 6 de janeiro está apresentando uma narrativa abrangente dos esforços do presidente Donald J. Trump para derrubar as eleições de 2020. Aqui estão os principais temas:

O cerco ao Capitólio. Tentativa de golpe orquestrada pelo ex-presidente. No centro da história estão Trump, os Proud Boys e um oficial da Polícia do Capitólio.

Mentiras. Trump ignorou assessores ao declarar vitória prematuramente e insistir nas alegações de fraude que sabia estarem erradas.

Pressão no vice. Trump pressionou Mike Pence para reverter sua derrota mesmo depois de ter sido informado de que era ilegal. As ações de Trump levaram seus apoiadores a invadir o Capitólio. Pence fugiu para salvar a vida.

Plano falso. Trump pessoalmente se envolveu no esquema para apresentar falsos eleitores. A ameaçou funcionários.

Uso do DoJ. Trump tentou usar o Departamento de Justiça para se



manter no poder.

A audiência surpresa. Cassidy Hutchinson (foto), ex-assessora da Casa Branca, denuncia que o presidente sabia que a multidão estava armada, mas queria afrouxar a segurança.

A marcha. Trump planejava liderar a marcha, mas queria que parecesse espontânea.

Abandono do dever. Na audiência final, o comitê acusou o ex-presidente de abandono do dever por não agir para impedir o ataque ao Capitólio. Trump ignorou os apelos para cancelar a mobilização.

minar investigações. Também sabiam que muitas de suas decisões um dia seriam tornadas públicas.

Isso fortaleceu sua inclinação a não fazer nenhum movimento ou sado antes que a equipe do presidente Biden assumisse, no caso de suas ações serem publicamente escrutinadas em audiências de supervisão - especialmente se os republicanos recuperassem o controle do Congresso.

Todos que testemunharam o ataque "entendem que o Estado de Direito não é apenas a frase de um advogado", disse Garland em cerimônia em 7 de janeiro. "Não deixar claro por palavras e atos que nossa lei não é o instrumento de propósito partidário colocaria em perigo o país", acrescentou.

Na semana passada, Garland declarou que ninguém, nem mesmo Trump, está "acima da lei". Mas pouco antes disso, disse algo que, de certa forma, reflete melhor sua abordagem cautelosa a uma investigação que ele caracterizou como a maior e mais importante nos 152 anos de história do departamento. "Temos que responsabilizar cada pessoa criminalmente responsável por tentar derrubar uma eleição legítima, e devemos fazê-lo de uma maneira cheia de integridade e profissionalismo, da maneira como o Departamento de Justiça conduz as investigações", disse. "Ambos são necessários para alcançar a justiça e proteger nossa democracia". •



31 de julho de 2003

PARATY, NO RIO, PROMOVE A PRIMEIRA FLIP

Homenageando o poeta Vinícius de Moraes, acontece entre 31 de julho e 3 de agosto de 2003, em Paraty (RJ), a primeira edição da Festa Literária Internacional de Paraty. Naquele ano, participaram das celebrações nomes como Chico Buarque, Paul Auster, (foto acima) Don DeLillo, Luis Fernando Verissimo, Julian Barnes, Milton Hatoum, Eric Hobsbawm e o então ministro da Cultura, Gilberto Gil.

A Flip, como ficou conhecido o evento que lota as ruas de pedra da pequena cidade colonial e a converte na capital mundial da literatura, foi idealizada pela inglesa Liz Calder, sócia-fundadora da editora Bloomsbury, detentora da franquia infanto-juvenil Harry Potter.

Além da programação voltada para o mundo editorial, com a realização de feiras, palestras, oficinas e debates, a Flip também abriga shows, filmes, peças de teatro e exposições de artes visuais, extrapolando os limites de um festival literário para se transformar numa grande celebração da cultura brasileira no plano internacional.

O sucesso da Festa Literária permitiu consolidar o evento, que a cada ano homenagearia um nome do universo literário brasileiro. Vinícius de Moraes foi seguido por Carlos Drummond de Andrade, João Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Jorge Amado, Oswald de Andrade, Machado de Assis, Millôr Fernandes e Ana Cristina Cesar, entre outros.

Outras datas históricas

08/1798: Conjuração Baiana (BA), movimento pela emancipação da Bahia, pedia o fim da escravidão e independência da Bahia.

01/08/1930: Nasce em Denguin, na França, Pierre Bourdieu, que se tornaria sociólogo e autor do conceito de "economia das trocas simbólicas".

01/08/1960: Independência de Benin, fazendo parte do conjunto de países que conquistaram suas independências no continente africano. 1960 ficou conhecido como o "Ano Africano".

03/08/1960: Independência da República do Níger, fazendo parte do conjunto de países que conquistaram suas independências no continente africano, naquele ano.



1º de agosto de 2008

CLASSE C CRESCE E VIRA MAIORIA

Com Lula, pela primeira vez na história nacional, a classe média se tornou a maior parte da população brasileira. É o que demonstrou a pesquisa “A Nova Classe Média”, lançada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas em 1º de agosto de 2008. Com base em dados do IBGE, o estudo apontou que 51,89% da população se encontrava então na classe C – aproximadamente 100,5 milhões de brasileiros.

A expansão da classe C, que ocorreu simultaneamente ao encolhimento das classes D e E, se mostrou a principal referência do novo processo de ascensão social no país. O Índice de Gini também apresentou queda no período: de 0,627 em 2002 para 0,584 em 2008. Analisados em conjunto, esses dados apontam redução da desigualdade e aumento da renda, combinados ao crescimento econômico no período.

O fortalecimento de uma nova classe trabalhadora e o consequente aumento da classe média estavam diretamente ligados à ampliação do emprego formal, com carteira assinada, no país: junho de 2008 assistiu ao recorde de 1,881 milhão de novos postos de trabalho criados em 12 meses.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br memorialdademocracia.com.br

1º de agosto de 2010

COM LULA, QUEDA DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Em 1º de agosto de 2010 a Amazônia registrou sua menor taxa de desmatamento desde 1977. Foram 2.296 quilômetros quadrados desmatados entre agosto de 2009 e julho de 2010 – queda de 48% em relação ao mesmo período entre 2008 e 2009. Os dados são do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Entre as medidas que causaram a queda (pelo segundo ano consecutivo) estava o lançamento, em 2004, do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. No âmbito desse plano, criaram-se Unidades de Conservação, intensificou-se o monitoramento e o controle do desmatamento, combateu-se o crime organizado

e implementaram-se programas de apoio às prefeituras que detinham as maiores taxas de desmatamento.

Para burlar o monitoramento via satélite, os madeireiros ilegais alteravam constantemente o padrão de desmatamento, que vinha se concentrando em pequenas áreas distantes entre si. Em resposta, o governo determinou ações conjuntas do Ibama, Polícia Federal, Exército e Força Nacional de Segurança.

A desaceleração no desmatamento, tendência que se confirmaria nos anos seguintes, foi uma das principais responsáveis pela redução da emissão de gases do efeito estufa pelo Brasil, conforme meta estabelecida pelo governo no âmbito da COP-15, em 2009.

MÚSICA



**O RAP
NACIONAL**



**VAI BEM,
OBRIGADA**

Em dois discos ótimos, **Baco Exu do Blues**, com “QVVJFA”, e **Criolo**, com “Sobre Viver”, mostram que a poética contundente do gênero flagra as dores do Brasil pós-pandêmico

Bia Abramo

Antes de ser um gênero, o rap também ficou como sinônimo de uma espécie de junção das palavras “rhyme & poetry”, por vezes “rhythm & poetry”, denominação criada para descrever um gênero musical que combinava batidas pré-gravadas ou recortadas literalmente de gravação de discos em fitas cassete com o canto falado, rimado sobreposto a esses sons nascido nos guetos novaiorquinos no final da década de 1970.

Gênero musical profundamente identitário e combativo, que denunciava o racismo, a pobreza e a violência dos negros pobres norte-americanos, o rap se espalhou nos anos seguintes por outras cidades americanas e fincou praça em diversos países onde havia a mesma combinação: pobreza, violência e discriminação direcionado à juventude negra.

A partir da década de 1980, as periferias das grandes cidades brasileiras adotaram o rap, o hip hop, como ferramenta de expressão e de denúncia, produzindo nomes tão expressivos como Thaíde & DJ Hum, Racionais MCs, Sabotage (em São Paulo), Gog (em Brasília). A linguagem musical, a maneira de cantar e até elementos do imaginário agressivo foram incorporados a diversos outros estilos de música pop por aqui.

O rap, no entanto, ainda que também tenha se aberto a mais influências musicais, do soul e as formas do pop negro, do samba de várias origens ao brega ao mesmo

tempo que viu outras formas de música jovem e negra surgir no Brasil, permanece muito fiel aos seus princípios como se pode constatar em dois ótimos álbuns lançados em neste ano: um do baiano Baco Exu do Blues e outro do paulistano Criolo.

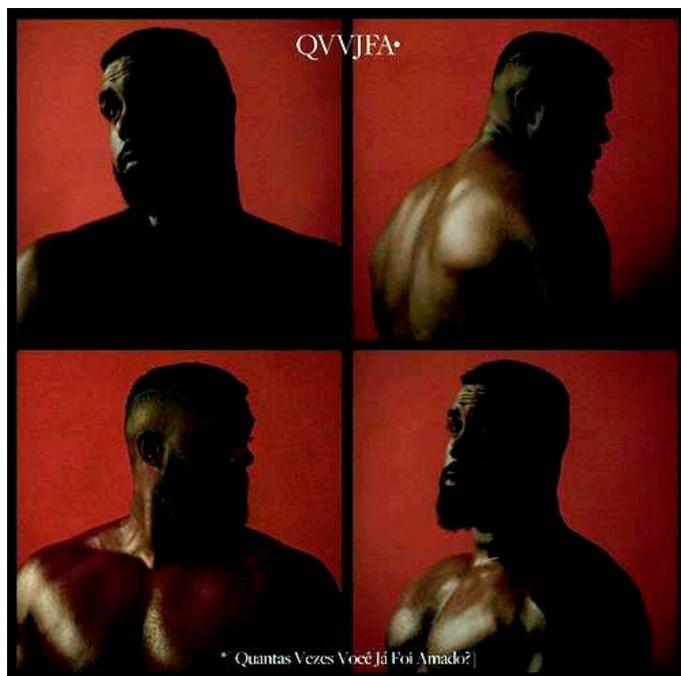
Um desses fundamentos é a centralidade da palavra no rap e da capacidade de contar histórias e criar cenários por meio das letras. O baiano que atende pelo nome artístico de Baco Exu do Blues, por exemplo, desde que estreou em 2017 com “Esú”, combina letras de amor – “Bebendo vinho/ Quebrando as taças/ Fudendo por toda casa/ Se divido o maço, eu te amo, desgraça/ Eu te amo, desgraça/ Eu te amo, desgraça/ Te amo, desgraça” – com uma leitura aguda do que é ser pobre, preto, periférico e, ainda por cima, rapper em Salvador.

Seu estilo de cantar menos nervoso e as influências do blues – mas também do soul e do rhythm’n’blues contemporâneo – lhe conferiram um sotaque muito peculiar no rap dos anos 2010. Com referências fartas à cultura religiosa afro-descendente, à literatura e às artes, o impacto de seu primeiro álbum rendeu prêmios e indicações de melhor disco brasileiro de 2017 pela revista *Rolling Stone Brasil* em quinto lugar. No segundo álbum, “B l u e s m a n”,

Baco mergulha ainda mais na investigação ou no amor pelo blues, em um disco quase todo de músicas lentas, sensuais, uma delas que homenageia diretamente o mestre B.B. King.

A pandemia aguçou a face crítica de Baco que, logo no início de 2020 lançou o single “Eu Amo Cardi B. e Odeio Bozo”, espécie de rap-manifesto que sampleia a frase “this shit is getting real”, da cantora norte-americana de vídeo que viralizou nas redes e afirma: “Trabalhadores na rua/ O papa é pop, quarentena é pop. Cardi B fez mais que o presidente/ Porra, amo o hip-hop”. A faixa foi lançada em “Não Tem Bacanal na Quarentena”.

Em seu quarto disco, “QVVJFA – Quantas Vezes Você Já Foi Amado?” (selo 999), ele volta à forma de seu primeiro disco, com uma série de notáveis canções de amor doídas (e algo safadas), incursões pela MPB com voz sampleada de Gal Costa em “Lágrimas”, colagem dos versos de Jorge Mautner em “Lágrimas Negras” e versos próprios – “É que me ensinaram a/





Não ter medo de bater, de apalpar, ser baleado ou atirar/O perigo mora em minha memória/ Cássia, eu sou poeta, mas não aprendi a amar/ É que tudo que eu ouvi sobre esse tal amor me assusta”.

Baco também acena para o novo rap queer, chamando a participação de Glória Groove em “Samba em Paris” e para o velho samba, novamente com os samples de Vinicius de Moraes em “Tempo de Amor”: *“Ah, bem melhor seria poder viver em paz/ Sem ter que sofrer/ Sem tem que chorar”.*

Num álbum quase conceitual, as doze faixas parecem ter sido amarradas pela pergunta do título do disco, “Quantas Vezes Você Já Foi Amado?”, com toda a angústia suscitada por essa questão e todas as dúvidas possíveis também que uma certa fama, pelo menos nas redes sociais, suscita.

Já o álbum do paulistano Criolo, o “menino bom” do Grajaú, tornado um pop star do rap com o álbum “Nó Na Orelha”, de 2011, e, sobretudo, com o hit “Não Existe Amor em SP”, uma balada triste e melancólica que, de alguma forma, traduziu um sentimento profundo de isolamento na cidade grande e, depois, tornou-se hino, meme e até emprestou o nome

para um movimento político contra a candidatura de Celso Russomano.

“Sobre Viver” também é um disco de retomada para Criolo. Aqui o reinício é do amargor e da ironia do disco de estréia, amenizados de certa forma nos álbuns seguintes como “Convoque Seu Buda” e

“Ainda Há Tempo”, em que Criolo aprofundou um olhar pacificado, quase religioso. Ele explorou a voz profunda e as técnicas vocais, com queda para a grandiloquência romântica, e uma espécie de suavidade musical que apontava tanto para o samba-rock como para o soul brasileiro.

No disco deste ano, revemos o rapper do Grajaú, vencedor de batalhas de MCs e profundamente tributário à escola paulistana de rap. Não à toa, é o primeiro disco que não tem produção de Daniel Ganjaman, cujo papel em “Nó Na Orelha” está muito próximo da co-autoria.

É, de certa forma, um disco de revolta e de dor, marcado pela morte de sua irmã por Covid, que aparece em “Cleane” (nome da irmã) e “Pequeninha”, para a mãe que sobreviveu à filha: *“O que pra vocês é vitimismo, pra nós, é nossa vida/ Abandono e o descaso são temperos deste coração/ Eu prometi que ia ser rico e cuidar dos meus irmãos/ Cuidar da minha irmã, agora só em prece/ Ela não tá mais aqui, é que esse mundo não te merece”.*

Disco feito de raiva, desespero e denúncias, recheado de achados de produção da dupla Tropikillaz, que também é co-

autora de várias faixas, “Sobre Viver” como que cala a boca de muitos detratores de rappers como Criolo (e também de Emicida, Rael e Fióti) que supõem que qualquer tentativa de dialogar com outros gêneros e outras poéticas é capaz, por si só, de roubar a contundência e a autenticidade de sua música.

Nem deve ter sido esse o drive de Criolo para cantar com tanta potência em faixas como “Diário do Kaos”, “Moleques São Meninos, Crianças São Também” e “Quem Planta Amor Aqui Vai Morrer”.

Em “ Pretos Ganhando Dinheiro Incomoda Demais”, rap bravo na forma de um libelo antirracista: *“Uma mãe que chora, o x da questão é que/ Pretos ganhando dinheiro incomoda demais/ Sociedade que só respeita o que o bolso traz/ Querem me ver rastejar, ver meu povo se humilhar/ Sou preto do gueto, mantenho o respeito/ Favela em primeiro lugar”.* Novamente, Criolo lembra quem é e de onde veio.

A parceria com Milton Nascimento, com quem gravou um EP com “Não Existe Amor em SP” e a clássica “Cais”, prossegue com “Me Corte na Boca do Céu a Morte Não Pede Perdão”. E aí ouvimos a voz de Milton, artista que já foi bem esquivo com a questão racial, cantar coisas como “por que nobre não manda seu filho pra morrer com anel de doutor?, é que aqui só morre pobre, isso a TV não mostrou”.

“Sobre Viver” e “QVJFA”, cada um à sua maneira e com seus artistas de frente quase opostos no jeito, são discos que mostram que o rap brasileiro vai bem, obrigada. E que, talvez, sua poética incisiva seja a linguagem que mais precisamente cantará o Brasil pós-pandêmico. Dois excelentes álbuns para dar vazão à dor e ao vazio da terra arrasada pelo descaso e pelo desmonte. •



**COMITÊ
POPULAR
DE LUTA**



Saiba como criar um comitê
pt.org.br



A LUTA CONTRA O FASCISMO

Organização:

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Chico Diaz • Dilma Rousseff •
Fernando Haddad • Frei Betto
• Izabella Teixeira • João Manuel
Cardoso de Mello • Luis Nassif
• Luiz Carlos Bresser-Pereira •
Marilena Chaui • Paulo Betti
• Rogério Cerqueira Leite •
Silvio Almeida • Tereza Cristina

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/a-luta-contr-o-fascismo/



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores